



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

PROCESSO: 17024/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 037/2023

OBJETO: Aquisição de produtos químicos para tratamento e limpeza das piscinas do Centro de Apoio as Escolas em Tempo Integral – CAETI.

JULGAMENTO DE PETIÇÃO COM ARGUMENTOS DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: SANIGRAN LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.153.524/0001-90.

A Pregoeira do Município de Arapiraca, em face da petição interposta referente ao Pregão Eletrônico nº 037/2023, de nº processual supracitado, pela empresa SANIGRAN LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.153.524/0001-90, doravante denominada RECORRENTE, contra a decisão da Pregoeira que a inabilitou, realiza o seguinte exame, pelos fatos e motivos a seguir:

1. DO DIREITO DE PETIÇÃO

Conforme constante na Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 037/2023, aberto o prazo final para intenção de recurso, a empresa SANIGRAN LTDA, manifestou intenção de recurso em todos os itens do pregão supramencionado, conforme reproduzido a seguir:

Nos termos do Art.4º, inc. XVIII, Lei 10.520, art. 26, do Decreto nº 5.450/2005 e consoante ao Acórdão 339/2010-Plenário (que recomenda não rejeição da intenção), manifesto direito de interposição de recurso contra a inabilitação visto que nossa desclassificação pelo motivo alegado é completamente errônea, conforme será demonstrado em peça recursal.

Esta Pregoeira, com fundamento no subitem 19.4, alínea “d” do Edital, considerando que a mencionada intenção de recurso estava fundamentada em mera insatisfação da licitante, sem a alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o edital e/ou a legislação vigente, rejeitou a intenção de recurso, com a seguinte justificativa:

Intenção de recurso rejeitada de acordo com o subitem 19.4, alínea “d” do Edital, uma vez que não houve alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o Edital. Manifestadamente a empresa não cumpriu a exigência estabelecida no subitem 17.1.4.3, alínea “e” do Edital, tendo em vista que os índices de liquidez geral e solvência geral do balanço patrimonial da empresa estão abaixo de 1 (UM).

Mister se faz ressaltar que a empresa sobredita foi inabilitada por descumprir o subitem 17.1.4.3, alínea “e” do Edital, uma vez que os índices liquidez geral e solvência geral de seu balanço patrimonial são de 0,42 (zero vírgula quarenta e dois) e 0,43 (zero vírgula quarenta e três), respectivamente, sendo que o Termo de Referência e o Edital exigem que ambos sejam iguais ou maiores que 1 (um).



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Com base nessa constatação, a inabilitação da empresa SANIGRAN LTDA foi devidamente motivada e registrada na Ata da Sessão Pública, dando ciência a todos os participantes do certame, da seguinte forma: “Não atendeu ao subitem 17.1.4.3, alínea “e” do Edital, uma vez que os índices liquidez geral e solvência geral do balanço patrimonial da empresa são menores que 1(um)”.

Ocorre que no dia 20 de outubro de 2023, 02 (dois) dias após o encerramento da Sessão Pública, a empresa SANIGRAN LTDA, enviou-nos petição solicitando a anulação de sua inabilitação no pregão em tela e apresentando seus argumentos de recurso administrativo.

Pelo exposto, em atenção ao direito de petição previsto na Constituição Federal, passamos a analisar os argumentos da empresa.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

Em síntese, a Recorrente, em sua petição, alega que a recusa da intenção de recurso pela Pregoeira foi irregular e que ela cumpriu os requisitos de habilitação, “visto que a comprovação de atendimento a qualificação econômica se deve ser aceita através de garantia suplementar”.

Argumenta que o seguro-garantia garante que a empresa cumpra com sua obrigação com o contratante, devendo ser considerado como garantia de proposta, suprimindo a comprovação de qualificação econômico-financeira. Além disso, defende a realização de diligência “com o intuito de verificar que a empresa recorrente atende aos critérios do edital”.

Por fim, a Recorrente solicita que ela seja declarada vencedora do certame, com a consequente anulação das fases da licitação ocorridas após a sua inabilitação.

3. DO MÉRITO

Preliminarmente, cabe pontuarmos que o instrumento convocatório é o meio pelo qual a Administração Pública convoca os interessados ao certame, bem como expõe as regras a serem adotadas durante todo o procedimento, no intuito de garantir a segurança e isonomia de todos os participantes.

O edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Feitas essas considerações, esclarecemos que a rejeição da intenção de recurso da Recorrente foi estritamente baseada no Edital, haja vista não haver na manifestação dela qualquer fato desconforme com o instrumento convocatório e/ou com a legislação vigente, tendo caráter apenas protelatório. A Recorrente somente alega que a sua inabilitação foi errônea, mas não indica onde foi o erro.

Além disso, a Recorrente claramente desatendeu o instrumento convocatório por descumprir os índices financeiros nele solicitados. A garantia suplementar mencionada por ela não é prevista em nenhum momento no Edital, por isso não pode ser considerada para substituir qualquer disposição editalícia, até porque não há qualquer critério para a sua aceitação.

Quanto à realização de diligência, ela é cabível principalmente para esclarecer ou complementar a instrução do processo, contudo, no caso em análise, não faria sentido fazê-la, já que era evidente o descumprimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital. O próprio Termo de Referência justificou a exigência dos índices contábeis.

Submetida a matéria à Procuradoria-Geral do Município (PGM), esta se manifestou através do Parecer Jurídico nº 5.402/2023 – PGM, datado de 30 de novembro de 2023, parte integrante deste julgamento, que opinou pela manutenção da rejeição da intenção de recurso, conforme transcrito a seguir:

Consoante se vê, a intenção de recurso oposta ora em análise não descreveu com a mínima suficiência necessária as razões de insurgimento que seriam seu hipotético objeto.

Assim, frise-se que a empresa licitante em voga foi inadmitida por descumprimento dos índices de balanço patrimonial pertinente à qualificação econômica financeira.

Todavia, na literalidade e inteligência da intenção recursal em comento nada se abstrai de inconformismo, mesmo que mínimo e sutil a respeito do tema invocado, o que inviabiliza a via recursal ora posta.

(...)

Ante ao exposto, opina esta PGM no sentido de manutenção da rejeição de recurso oposta pela SANIGRAN LTDA, nos termos acima explicitados.

4. DA CONCLUSÃO

1. Assim, em face das razões expendidas acima e em consonância com o Parecer Jurídico nº 5.402/2023 – PGM, **INDEFIRO** os pedidos formulados pela RECORRENTE, sustentando o posicionamento inicial, mantendo a sua inabilitação no Pregão em referência.
2. Que o presente julgamento, com as peças recursais apresentadas, sejam anexados ao processo principal;



PREFEITURA DE
ARAPIRACA

Prefeitura Municipal de Arapiraca
Coordenação Geral de Licitações
Fls. 504
Ass. garp

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

3. Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados;
4. **Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.**

Arapiraca/AL, 06 de dezembro de 2023.


Yasmin Oliveira Kummer Souza Rodrigues
Pregoeira – Portaria nº 918/2023